

“O SÉCULO XIX MERECE DA POSTERIDADE O TÍTULO DE SÉCULO DOS PRODÍGIOS”: A DIFUSÃO DA IDEIA DE REPÚBLICA ATRAVÉS DO JORNAL O *REPUBLICO*

“The 19th century will receive from posterity the title of century of the prodigies”: the diffusion of the idea of republic through the newspaper o republico

Edson José de Meneses Alves

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Brasil

Resumo

Antonio Borges da Fonseca produziu diversos jornais e periódicos ao longo de sua vida política e em vários lugares de norte a sul do Brasil. O que lhe deu a maior notoriedade, entretanto, foi o jornal *O Republico*, iniciado em 1830 no Rio de Janeiro. Esse periódico proporcionou ao publicista debater suas ideias e inflamar ainda mais os ânimos políticos que a capital do império estava passando. Com intensos ataques ao sistema monárquico e ao imperador, *O Republico* proporcionou uma visão diferenciada em meio a tantos jornais produzidos por Borges da Fonseca. O presente artigo tem como objetivo analisar as publicações de *O Republico* em sua primeira etapa, entre 1830 e 1831, destacando as principais estratégias do publicista para a defesa e propagação de suas ideias, principalmente a república e o federalismo.

Palavras-chave: Borges da Fonseca, *O Republico*, República.

Abstract

Antonio Borges da Fonseca produced several newspapers and periodicals throughout his political life and in various places from north to south of Brazil. What gave it the greatest notoriety, however, was the so-called *O Republico*, which began in 1830 in Rio de Janeiro. This periodical allowed the publicists to debate their ideas and further inflame the political spirits that the capital of the empire was experiencing. With intense attacks on the monarchic system and the emperor, *O Republico* provided a differentiated view among so many newspapers produced by Borges da Fonseca. This article aims to analyze the publications of *O Republico* in its first stage, between 1830 and 1831, analyzing the main strategies of the publicist for the defense and propagation of his ideas, mainly the republic and federalism.

Keywords: Borges da Fonseca, The Republic, Republic.

“As revoluções se multiplicam; os reis se aniquilam, e sob os restos de seus depravados tronos se vê erguer o sistema da natureza [...]. O século XIX não é o século das monarquias”.

(*O Republico*, n. 83, 07/07/1831)

INTRODUÇÃO

Em 1993, a população brasileira foi às urnas para manifestar sua vontade em um plebiscito. Mas não era qualquer consulta que o Congresso fazia à sociedade. Os brasileiros iriam votar em qual sistema de governo o Brasil deveria adotar. No momento da votação, havia duas opções: República e Monarquia, sendo a primeira dividida entre República Parlamentarista e República Presidencialista. Venceu a última por uma margem esmagadora.

Durante todo o processo eleitoral, houve muitas discussões na imprensa e até mesmo uma alusão a uma certa "conspiração republicana". Inicialmente, o plebiscito seria realizado em 7 de setembro de 1993, data de comemoração da independência, proclamada por um monarca. Porém, foi antecipada para o dia 21 de abril do mesmo ano, aniversário de morte de Tiradentes, o mártir da república.

Fato é que, apesar de muitas discussões, debates e provocações entre monarquistas e republicanos, o que muitos desconhecem é que esses debates são bem mais antigos. No século XIX, a imprensa brasileira discutia a todo momento qual seria a melhor forma de governo para o Brasil. Isso porque, em várias partes do país, foram deflagradas insurreições, conspirações e revoluções que ameaçavam a ordem imperial, muitas vezes tendo como ideia a instalação de uma república.

Compreender a ideia de república no Brasil vai muito além de simplesmente estudar a Proclamação da República de 1889, no Rio de Janeiro. Até essa data, habitantes de norte a sul do país já possuíam ideais republicanos e manifestavam o desejo de mudar a forma de governo no Brasil. Tanto pela forma como a Coroa portuguesa usufruía dos bens da colônia, prejudicando o desenvolvimento e ascensão dos brasileiros a novos patamares políticos e econômicos, como também, no período pós-independência, após D. Pedro I mostrar seu caráter centralizador e autoritário, a ideia de república deixou de ser um simples imaginário para se tornar o desejo de muitos dos membros que se envolviam nos assuntos políticos da nação.

O conceito de república, como bem recorda Silvia Fonseca, percorreu três importantes estágios ou fases até se consolidar. Em primeiro lugar, seria ainda relacionado à identificação de um território que fosse regido pelas mesmas leis, conforme a permanência de um registro do Antigo Regime europeu. Em uma segunda fase, foi recuperado o sentido doado pelo filósofo Cícero, que designou a *res publica* como um ideal de "bem comum",

“coisa do povo” e que por muito tempo ajudou na consolidação da Roma Antiga. E, por fim, nesta terceira fase, passou a significar um regime político que seria eletivo, em contrapartida à hereditariedade das monarquias europeias, e temporário, rivalizando com o “governo até a morte” dos grandes impérios (Fonseca, 2016, p. 13). Como pode ser notado, o conceito de “república” foi ganhando múltiplas facetas a partir do seu surgimento. Tanto é que,, em seus primórdios, “república” poderia ser atrelado normalmente a fatores relacionados à monarquia.

Desde a chegada oficial da palavra república ao Brasil, em 1627, esse conceito tem seguido a linha traçada pelos estudos de Reinhart Koselleck, desenvolvendo-se muito rapidamente e sempre dialogando com o passado e o presente (Koselleck, 1992, p.134-146).

No final do século XVIII, essa ideia de república começou a circular rapidamente, impulsionada pelos ideais iluministas da Revolução Francesa e pelos princípios federativos da República dos Estados Unidos, em 1776. Foi em 1789, na atual Minas Gerais, e em 1798, em Salvador, na Bahia, que surgiram os primeiros focos de um ideal de republicanismo no Brasil, associado a uma ideia de “liberdade”. Em 1817, em Pernambuco, ocorria o primeiro grande movimento republicano em terras brasileiras que ultrapassou a fase conspiratória, ignorou os monarcas presentes e implantou a república.

Na composição deste trabalho, não poderiam faltar os estudos sobre os discursos impressos, os jornais e os periódicos por meio de Frei Caneca e Antônio Borges da Fonseca, dois dos muitos importantes escritores públicos que o Brasil teve durante todo o século XIX, a ideia de república se manteve viva e foi objeto de muitos debates entre os favoráveis à monarquia ou republicanos. Foi através da imprensa que esses dois grandes personagens brasileiros ajudaram a moldar as ideias de caráter republicano e a sua perspectiva em um novo regime, utilizando conceitos como liberdade de imprensa, voto universal, federalismo, entre outros. Borges da Fonseca, aliás, tinha suas peculiaridades: sem uma formação acadêmica concreta (que viria apenas nos fins dos anos de 1850 e início dos anos 1860), tinha como inspirações pensadores franceses, tais como Montesquieu e Rousseau. Mas qual seria então o motivo de escolher a república e não outro modelo de governo? A questão aqui é que, em 1817, durante os eventos da Revolução Pernambucana, seu pai recebia em sua casa, na Paraíba, diversos revolucionários participantes do movimento, o que fazia com que as ideias republicanas circulassem e chegassem até o conhecimento do publicista.

A IMPRENSA E O INÍCIO DE UMA DISCUSSÃO EM DEFESA DA REPÚBLICA

A imprensa, pouco a pouco, começava, ainda que em pequenos passos, a partir do início da década de 1820, a manifestar pequenos trechos fazendo alusões à república como o caminho que o Brasil deveria seguir, visto que os Estados Unidos eram o grande exemplo a ser copiado. Mas, ao mesmo tempo que os Estados Unidos eram um exemplo, a Revolução Haitiana era duramente esquecida e ignorada pelos defensores da república aqui no Brasil. Isso porque, é sempre bom salientar, o movimento na ex-colônia francesa foi realizado por mãos escravas na antiga província de São Domingos e, em um país em que a escravidão durou até 1888, era um exemplo considerado bastante negativo, que não deveria sequer ser mencionado.

Com exceção da Bahia, nenhuma outra província que ousou pensar, tentar ou até implantar (como os casos em Pernambuco e das “províncias do norte” tanto em 1817 como em 1824) a república em solo brasileiro permitiu espaço para as camadas mais pobres se pronunciarem, terem vez e voz, sendo as elites regionais de cada localidade as formadoras de opinião desses lugares. No caso do jornalista paraibano Borges da Fonseca, foi delimitado o estudo do periódico *O Republico*.

Em relação ao método, a pesquisa se baseia em caráter qualitativo. Assim, ao selecionar as fontes utilizadas ao longo do trabalho, foi realizada uma interpretação das fontes considerando o contexto em que estavam inseridas. A partir do cruzamento de alguns jornais, foi perceptível um enorme debate entre “monarquistas” e “republicanos”, o que ajudou a perceber o clima político em que o Brasil estava inserido. Assim, podemos perceber embates contra alguns jornais, dentre eles, *O Amigo do Povo* e *O Cruzeiro*.

No que diz respeito a esse tipo de fonte, bem como outros textos, Barros D’Assunção apresenta dois sentidos para elas: como um “objeto de significação” e um “objeto de comunicação cultural entre sujeitos”. Enquanto no primeiro sentido as fontes escritas explicitam, através de sua estrutura, uma “totalidade de sentido”, ou seja, uma forma de entender o contexto, o segundo representa um elo entre o destinador e os vários destinatários. Nesse caso, tratando-se dos jornais, pode-se perceber que havia vários destinatários que se informavam sobre o debate republicano através de suas leituras dos jornais, que geralmente eram publicados duas vezes por semana (Barros, 2016, p. 136). O estudo dos textos publicados por Borges da Fonseca revela uma grande discussão sobre seus

ideais desenvolvidos ao longo de seus discursos políticos. Sua defesa em torno da república e do federalismo permeou praticamente toda a sua vida como uma figura política.

Foi através do jornal *O Republico* que Borges da Fonseca ganhou o apelido de “repúblico”, pelo qual foi conhecido pelo resto de sua vida. Esse foi o terceiro jornal do publicista paraibano. Anteriormente, havia publicado o *Abelha Pernambucana*, entre 1829 e 1830, que já foi trabalhado pelos autores em outro trabalho, e a *Gazeta Paraibana*, em 1828, jornal que lhe rendeu o primeiro dos vários processos por crimes de abuso de liberdade de imprensa que Borges enfrentou nos tribunais.

No começo deste trabalho, a epígrafe tratava-se do trabalho de Borges da Fonseca em *O Republico*. Se, no *Abelha Pernambucana*, na cidade do Recife, debates a respeito da monarquia e do imperador D. Pedro I já começavam a aparecer, agora, no Rio de Janeiro, Borges da Fonseca estava na capital, próximo à Corte, e seus ataques contribuíram, junto com outros discursos de escritores públicos da época, os rumos que mudaram parte da história brasileira.

Diversos autores que trabalharam na obra jornalística de Borges da Fonseca, dividiram o periódico *O Republico* em “fases”. Nosso objetivo aqui não é concordar ou discordar com esses autores no que se refere a essas tais “fases”, mas sim, analisar, ao longo do período 1830-1832, como Borges da Fonseca se envolveu na imprensa através do seu periódico mais importante. Também é importante destacar que, nessas várias “fases” do período *O Republico*, nem sempre Antônio Borges da Fonseca atuou como um “exaltado”. Ivan Santos Júnior nos lembra que era comum, principalmente no Período Regencial, transitar entre “facções” ou “sociedades públicas”. O autor destaca, inclusive, o exemplo de Borges da Fonseca (Santos Júnior, 2021, p. 320).

Para entender como uma figura pública muda suas opiniões políticas tão rapidamente ao longo do tempo, é necessário realizar um estudo biográfico dela. Para isso, a obra de Mário Márcio de Almeida Santos torna-se essencial. O recorte temporal aqui realizado fica explicitado em um momento de grande instabilidade da monarquia, quando os ataques a ela se intensificaram. As outras “fases” do periódico *O Republico* também merecem ser estudadas, mas, visando à temática do presente trabalho, foram realocadas para futuras pesquisas.

UM PERIÓDICO CONTRA UM SISTEMA: *O REPUBLICO*

Mário Santos faz uma análise inicial sobre o jornal *O Republico* que deve ser levada com muita consideração pelos historiadores que se propõem a analisar os discursos políticos de Borges da Fonseca neste jornal. Para Santos, chegava ao Rio de Janeiro mais um jornal que faria oposição ao império, porém, porém de uma maneira bem diferente dos que já estavam na capital. Para Santos, este periódico tinha uma postura diferenciada, já que “a *Aurora* e a *Astréia* eram severas nas críticas, mas buscavam uma linha de equilíbrio e polidez, o oposto do *Repúblico*. Este atacava o regime, mal escondendo os planos de agitação popular e [a] sublevação da ordem pública” (Santos, 1994, p. 44).

Logo no seu primeiro número, *O Republico* traz alguns destaques que seriam encontrados nas edições seguintes. Primeiramente, Borges da Fonseca salientou que não usaria mais a “Filosofia de pronúnciação”. Essa foi uma mudança estratégica por parte do publicista. Não fazia mais sentido usar uma linguagem regionalista característica do “Norte” agora no Rio de Janeiro. Essa linguagem regionalista, por sinal, é uma característica do publicista paraibano herdada de Cipriano Barata.

O segundo fator identificado é a citação do filósofo Rousseau como uma espécie de epígrafe do jornal. Nela, o filósofo francês fala sobre a liberdade que pode ser conquistada. Mais uma estratégia de Borges da Fonseca. E, por fim, o redator explica o porquê do nome do jornal se chamar *O Republico*. De acordo com o publicista, seria porque o periódico estaria em busca do “bem comum” (*O Republico*, n. 1, 02/10/1830). Seria isso mesmo? Dificilmente. Borges da Fonseca foi um escritor público esperto e, para quem já havia sido acusado, nos tribunais, do crime de liberdade de imprensa duas vezes, não iria admitir, certamente, que o tal nome do jornal seria para vangloriar ou pensar sobre a república, pelo menos naquele momento.

Em seus primeiros números, *O Republico* adotava uma postura em defesa das províncias do norte, sempre destacando como o governo do Rio de Janeiro as prejudicava, ainda em referência pelos acontecimentos ocorridos na Confederação do Equador, em 1824, como uma espécie de “punição”. De acordo com Borges da Fonseca, “se o governo quer que as províncias estejam unidas deve tratá-las bem, porque o governo não deve ignorar que o espírito nacional do Brasil é federativo [...]” (*O Republico*, n. 07, 23/10/1830). Tratando-se dessa maneira de “punição”, por assim dizer, Pernambuco era a província mais prejudicada,

já que era vista como a liderança do primeiro movimento que desafiou o poder do imperador D. Pedro I.

Pelo tempo que morou em Pernambuco, principalmente na cidade do Recife, Borges da Fonseca presenciava de perto tais atrocidades que a província sofria. Segundo Borges da Fonseca:

Se continua Pernambuco a ser flagelado deixará ele de se declarar contra o governo do Rio de Janeiro? Eu não decidirei; mas atenta o governo que Pernambuco, já cansado de sofrer, olha o governo da Corte como o tirano que o oprime. E não terá justificáveis motivos? (*O Republico*, n. 07, 23/10/1830).

Ainda no prosseguimento de seus escritos, Borges da Fonseca continuou fazendo alusões ao que o Brasil precisava para seguir os rumos de um país para alcançar a prosperidade. O redator argumentava que “a natureza nos criou para vivermos federados, e só a sabedoria de um governo nacional nos poderá conservar unidos” (*O Republico*, n. 07, 23/10/1830). Em 27 de outubro de 1830, mais um número desse jornal foi publicada, com notícias que merecem ser destacadas aqui. Isso porque, nessa edição, Borges apresentava que, no dia 05 do mesmo mês, moradores da província de São Paulo comemoravam a queda do rei Carlos X, na França. Segundo Borges da Fonseca, “[...] os brasileiros se alegram, e se devem alegrar, com a queda e mesmo aniquilamento dos perjuros, e tiranos [...]” (*O Republico*, n. 08, 27/10/1830).

E era motivo de comemoração, já que um déspota sendo deposto, e, talvez, a esperança fosse que rumos iguais acontecessem por terras brasileiras. No mês de dezembro, Borges da Fonseca comemorava a liberdade da França após a derrubada do rei, a quem chamava de “desprezível Carlos” (*O Republico*, n. 08, 27/10/1830). Argumentava também que acontecimentos como esse poderiam ajudar o Brasil a se sobressair dos mandos e desmandos do “governo da Boa Vista”, como se referia o autor a D. Pedro I. E, falando de povos que poderiam não aceitar a autoridade total nas mãos de um monarca, lembrando o caso francês, Borges da Fonseca defendia, cada vez mais, conceitos que ele cunhou como “liberdade” e “igualdade”, curiosamente, dois dos três lemas cunhados na Revolução Francesa de 1789.

Para o publicista paraibano, uma vez disseminada por entre a massa do povo as ideias de *liberdade* e *igualdade*, não há mais poder algum que possa escravizar a nação, e se em tal estado algum aparecer, aí dele, que será em pronto destruído (*O Republico*, n. 03,

09/10/1830, grifo do autor). Fica visível aqui o quanto o redator tinha esperanças de que os brasileiros pudessem perceber os rumos do governo de D. Pedro I e se manifestasse a respeito. Ainda nos rumos dos acontecimentos relativos ao monarca na França, Borges da Fonseca destacava o quanto fazia falta aos brasileiros lutar pela liberdade, já que somente com essa liberdade, para o autor, seria possível levar o país ao caminho da felicidade de seus cidadãos. Segundo o publicista, esse amor pela liberdade “é a mais forte das paixões do homem” e precisaria ser implantado para que o homem no “desejo de se conservar e de empregar sem obstáculos suas faculdades para tornar sua existência feliz” (*O Republico*, n. 08, 27/10/1830).

Em 1830, completavam sete anos desde o fechamento da Assembleia Nacional Constituinte, em 1823. E isso, certamente, não passaria despercebido pelo redator paraibano. O evento ocorrido no dia 12 de novembro de 1823 foi tema de discussão do jornal *O Republico*, datado de 13 de novembro de 1830, portanto, sete anos e um dia que, para os amantes do constitucionalismo da época, não era motivo a ser comemorado.

Ontem [...] completou-se o sétimo ano em que a prepotência, o despotismo, e a precipitação fez dissolver a SOBERANA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE. Infausto dia para a Nação Brasileira! Nesse dia foi que a abriu a *boceta de Pandora*,¹ que derramou e continua a derramar do Norte ao Sul, do Amazonas ao Prata, todos os males e desgraças que desde então nos tem oprimido (*O Republico*, n. 13, 13/11/1830, grifo do autor).

No decorrer, Borges da Fonseca ainda comentava sobre as atrocidades que o “governo da Boa Vista” cometeu contra os participantes de 1824. Também ponderou que a fechada da assembleia contribuiu para a perda da província da Cisplatina. A respeito deste último, o publicista argumentava que perder uma parte do território como aquela era muito prejudicial e que nada disso teria acontecido se o Brasil tivesse aderido aos ideais federalistas, transformando as províncias independentes entre si, gerando autonomia para cada uma.

¹ Tal referência de Borges da Fonseca é uma analogia ao mito grego conhecido como “Caixa de Pandora”. Segundo a lenda, Zeus, o maior Deus da Grécia Antiga, queria se vingar de Prometeu, pois ele havia ensinado aos homens a capacidade de controlar o fogo. Zeus, então, resolve criar uma mulher repleta de dotes oferecidos pelos deuses e entrega a Prometeu, que imediatamente recusou. A mulher então vai parar ficando com Epimeteu, irmão de Prometeu. A mulher, cujo nome era Pandora, traz consigo uma caixa, repleta de coisas más. Quando Pandora, por curiosidade, resolve abrir a caixa, ela acaba liberando várias coisas ruins no mundo e prendendo nesta caixa apenas uma coisa boa, a esperança. Assim, quando Borges Fala que abriu a “*boceta de Pandora*”, quis dizer que, Pedro I ao fechar a Assembleia, consequências ruins iriam acontecer com o Brasil.

E é a respeito do federalismo que os debates no jornal *O Republico* começaram a ganhar grandes repercussões. De início, é importante conhecer, na visão de Borges da Fonseca, o que seria a federação. Segundo o redator, “é um governo na qual muitos estados formam uma só nação, e onde cada um podendo cuidar de sua legislação, e do seu arranjo doméstico, tem, todavia, limites marcados pela Constituição Geral da Nação [...]” (*O Republico*, n. 22, 15/12/1830). A partir disso, é possível destacar, dos números do jornal, especificidades que tornaram Borges da Fonseca um escritor público diferenciado quando se trata de história política no Brasil do século XIX.

Borges da Fonseca se baseou amplamente nas ideias de um importante filósofo chamado Montesquieu. O escritor francês, que se destacou com a teoria de separação dos três poderes - Legislativo, Executivo e Judiciário, influenciou também o redator paraibano no quesito do federalismo. Na visão de Borges, os povos não podiam ser submetidos ao governo de um só monarca, ou uma só pessoa, nem muito menos essa pessoa subordinar todo o seu território, sem lhes dar autonomia. De acordo com o redator, “[...] a grande aparência de que os homens seriam obrigados afinal a viver sob um governo de um só, se não imaginassem uma maneira de Constituição que tem todas as vantagens interiores do governo republicano e a força exterior do monárquico. Falo da *república federativa*” (*O Republico*, n. 14, 17/11/1830, grifo nosso).

O publicista apresentava que o Brasil nasceu com um “espírito federativo” e que esse imenso território poderia ser dividido em três grandes federações: Norte, Sul e Centro (*O Republico*, n. 15, 20/11/1830). Carolina Silva (2009) acabou se equivocando ao afirmar que Borges da Fonseca se autointitulou monarquista,² já que, em nenhum momento, ele se apresenta como um adepto da Monarquia no número do jornal ao qual ela se apresenta. O próprio Borges da Fonseca, em outros momentos, afirmou que não tinha “afeição pela Monarquia”, porém acreditava que a “felicidade do Brasil” viria com a adesão à Monarquia Constitucional (*O Republico*, n. 20, 08/12/1830).

Borges da Fonseca, por sinal, alertava a população de que o rei, imperador ou qualquer monarca, em geral, não poderia usar argumentos como hereditariedade ou poder

² A autora faz essa afirmativa pelo fato de que Borges, no primeiro número do jornal, dizia que não tinha qualquer relação com o nome do periódico e com a defesa do sistema republicano (o que pode ser discutido, já que a defesa da república é feita em números posteriores). Ainda assim, mesmo que não tivesse qualquer ligação, em nenhum momento, Borges diz ser um defensor da monarquia, muito pelo contrário, o próprio redator ataca o sistema de governo, exercido por D. Pedro I.

divino para reivindicar o trono e o poder. Para ele, “já não existe sobre a terra (sic) essa estúpida crença de que *os reis são de uma casta diferente dos outros homens; já se não pensa que Deus os predestinou para serem o flagelo do gênero humano*” (*O Republico*, n. 14, 17/11/1830, grifo nosso).

Assim como fez noticiando fatos ocorridos na França, Borges da Fonseca, em outubro, trouxe notícias sobre a Argentina, mostrando, mais uma vez, a aversão que o próprio tinha à Monarquia de D. Pedro I.

Acho muito conveniente a publicação deste artigo para que o nosso povo veja que apesar todas as intrigas manobradas pelos *tiranos coroados* que formam a monstruosa federação dos reis, estão os buenaienses independentes, e sua república se consolidará; porque, como diz o *Classificador*, *o povo que quer ser livre sempre o é*. [...]. Nós estamos independentes; mas nossa liberdade civil não está garantida (*O Republico*, n. 5, 16/10/1830, grifo do autor).

Essa “federação dos reis”, na visão de Borges da Fonseca, tinha como objetivo destruir as repúblicas da América do Sul que foram fruto de muitas lutas. O redator fazia uma grande oposição entre o “Novo Mundo” e a Europa, argumentando que o continente americano nasceu para ser federalista e para se opor ao poder dos tirânicos europeus. O fascínio pelo governo eletivo e temporário levou folhas liberais, como *O Republico*, *Tribuna do Povo*, *A Voz Paulista*, *A Voz Fluminense*, entre outros, a clamarem pela república como uma substituição à monarquia. O próprio frei Caneca, anos antes, como será abordada na próxima seção, era um claro defensor do sistema republicano de governo. Segundo Sílvia Fonseca, “ponderava Borges da Fonseca, para quem a iminência do fim da monarquia tomava imperiosa a implementação do federalismo, visto aqui como o caminho para a república [...]” (Fonseca, 2016, p. 62).

Uma característica muito interessante para a defesa ou crítica ao sistema republicano era a volta às raízes, com exemplos dados relacionados à Roma Antiga. Borges da Fonseca argumentava que as repúblicas não deveriam ser tão grandes quanto os impérios monárquicos, considerando que o tamanho de Roma era enorme. Porém, acrescentava ele que era importante a presença de várias repúblicas unidas por territórios para que umas defendessem as outras. Segundo Borges da Fonseca, “se Roma, que se havia engrandecido [...] não mudasse de sistema; se só em seu seio e em suas fronteiras tivesse repúblicas

confederadas de que ela fosse o centro da unidade, seria impenetrável aos bárbaros” (*O Republico*, n. 38, 12/02/1831).

Borges da Fonseca, de fato, acumulou diversos inimigos durante sua carreira de publicista e figura pública. Quando sofria acusações pelas ruas do Rio de Janeiro ou por parte de seus inimigos políticos, procurava revidar. Como abordado anteriormente, Borges da Fonseca tinha o apelido de “Republico”, porém, muitas vezes, o termo era utilizado por jornais de cunho monarquista para prejudicar a imagem tanto do publicista paraibano, como também, do movimento que expressava a defesa em torno das ideias republicanas. Em 25 de fevereiro de 1831, Borges da Fonseca anunciava em seu jornal: “não são republicanos os demagogos e anarquistas: o Republicano deseja o bem da humanidade, [...] é franco e só procura o estabelecimento da moral, e só deseja o Império da Lei” (*O Republico*, n. 42, 25/02/1831).

O ano de 1831 foi um marco para *O Republico* e para os acontecimentos que se desenrolaram em seguida. Ainda no ritmo da defesa da federação, *O Republico*, em seu primeiro número publicado em 1831, atribuía à questão geográfica mais um argumento para o Brasil aderir ao federalismo. Para Borges da Fonseca, “a federação é o sistema da natureza” (*O Republico*, n. 26, 01/01/1831). Além disso, ele argumentava que o espírito brasileiro deveria ser baseado no modelo americano como um todo, de forma democrática (*O Republico*, n. 28, 08/01/1831). No dia 02 de abril de 1831, poucos dias antes da abdicação do imperador D. Pedro I, Borges da Fonseca fazia mais um discurso em defesa da federação.

Quais são os *federalistas*? São os brasileiros, cujo único voto é a Constituição, que nos rege, porém, modificada de um modo mais consciente com as exigências crescentes, ou com os interesses progressistas da nação. Que pretende os antifederalistas? Sustentar a lei da inercia, isto é, a continuação de todos os abusos, que tem atropelado o Brasil no caminho de sua prosperidade. [...] Quem são os membros do partido antifederalistas? 1º O governo; 2º os portugueses [...] com todos os absolutistas e moderados; 3º Os comodistas (*O Republico*, n. 52, 02/04/1831, grifo do autor).

Falando em federalismo, é importante lembrar dos acontecimentos 1817. Evaldo Cabral de Mello lembra que “a república teria de ser regional, devido ao descompasso entre as aspirações políticas no Norte, e, por outro lado, no Sul e no conjunto da monarquia lusitana”. Além disso, ele menciona novamente a questão do federalismo, citando as falas

do Padre João Ribeiro, que dizia que “Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará devem formar uma só república”, acrescentando que “estas províncias estão tão compenetradas e ligadas em identidade de interesses e relações, que não se podem separar” (Mello, 2014, p. 43). Flávio Cabral de Mello também foi outro autor que instigou seus estudos na temática do federalismo pernambucano. Para o historiador, este era um modelo que “se encaixava nos interesses locais e sua luta autonomista” (Cabral, 2017, p. 153).

O mês de abril de 1831, marcado por grandes acontecimentos, já iniciou com manifestos do publicista paraibano. Além de defender ideias como federação e autonomia, como apontado anteriormente, Borges da Fonseca defendia que, em locais onde o monarca fosse autoritário, o direito de resistir era legítimo. Para Borges da Fonseca, essa resistência “cujo nome, por si só, é bastante para fazer tremer quantos *tiranos* há no mundo, é *um dever sagrado*, natural, que os homens têm de defenderem a sua liberdade [...]” (*O Republico*, n. 52, 02/04/1831). Com isso, exatos cinco dias antes da renúncia do imperador, tais manifestos de Borges da Fonseca desejavam que os ânimos dos brasileiros fervilhassem e não aceitassem as manobras que o imperador fazia desde 1822.

O 07 de abril foi marcante para a história brasileira e confirmou a força política dos periódicos de cunho liberal, não apenas os fluminenses, mas de todo o Brasil. Para muitos, seria uma “materialização da independência”, já que, futuramente, por mais que o Brasil continuasse no regime monárquico, seria governado por um monarca genuinamente brasileiro e não por um português. Além disso, a “revolução de 07 de abril” serviria como uma espécie de revanche pelos acontecimentos do 12 de novembro de 1823. Com o passar dos dias, a notícia foi se espalhando por todo o território brasileiro. Ivan Santos Júnior aponta que, em Pernambuco, mais precisamente no Recife, a notícia da abdicação chegou em maio de 1831, causando comemorações e tumultos.

Segundo Santos Júnior, bandas marciais tomaram parte da cidade do Recife para os festejos (Santos Junior, 2019). Para lembrar, a maioria dos pernambucanos não simpatizavam com D. Pedro I, principalmente devido à forte repressão à Confederação do Equador. A pena imposta a frei Caneca, por exemplo, foi interpretada como influência direta do imperador. Como o foco dessa pesquisa são os escritos do jornal *O Republico*, chama a atenção para um “vácuo” de publicações nos dias seguintes à abdicação. O jornal de número 53 saiu no dia 06 de abril, um dia antes do grande acontecimento. Entretanto, a primeira

publicação após esse evento, a edição de número 54, só ocorreu em 15 de abril, mais de uma semana depois (*O Republico*, n. 54, 15/04/1831).

Nele, Borges da Fonseca aponta que “[...] a crise era inevitável; a desordem do governo, desgosto dos povos, e os outros sintomas que prognosticam a queda dos governos, tinham chegado àquele grau de intensidade que não admite demora” (*O Republico*, n. 54, 15/04/1831). Nesse sentido, percebe-se o quanto insatisfeito estava o publicista com os rumos do governo do agora ex-imperador. É importante destacar a importância do 07 de abril e a magnitude desse evento para o povo brasileiro. Borges da Fonseca sabia disso e, desde então, passou a transcrever vários discursos relacionados ao assunto. Em um deles, em relação à Assembleia de 3 de maio, quase um mês após a abdicação, o jornal mostra o discurso que representava a abertura dos debates da assembleia. Esse discurso foi assinado por Marquês de Caravelas, Nicolau Vergueiro e Francisco de Lima e Silva. No texto, referindo-se ao 07 de abril, apareciam frases como “dia memorável para o Brasil pelo heroísmo de seus filhos”, “triumfo da liberdade constitucional” e “derrota dos inimigos da independência”.

Borges da Fonseca também não esqueceu de destacar o papel das folhas liberais, bem como da insatisfação do povo brasileiro com a administração governamental do imperador D. Pedro I. Para ele:

O povo brasileiro guiado por seus intrépidos magistrados e pelos ousados escritores das folhas liberais, mostrou-se, desde a noite do dia 12, tão animoso, e [...] nas suas justas reclamações, tão generoso, e grande no dia do triunfo, que merecem ser equiparados com aqueles povos que fizeram as maiores façanhas e obtiveram maior nome (*O Republico*, n. 54, 15/04/1831).

A ideia de república e, principalmente, de liberdade (que, para as elites regionais, significava uma descentralização política) ganhou força após a abdicação. Borges da Fonseca voltava a enfatizar o modelo norte-americano para pedir por mudanças no Brasil.

as províncias querem liberdade, cada uma delas quer ter os seus recursos em si mesmas [...]. Cada uma quer ter os seus empregos, e nomeados por seus eleitores desde presidente até o último [...]. Querem finalmente ter uma legislação propriamente sua acomodada à sua localidade, aos seus hábitos e costumes, e ao seu grau de ilustração. Não entender estas vistas da nação é querer levá-la à anarquia. Não é possível que se possa reger por iguais leis, povos em que tudo são diferentes: hábitos, costumes [...] (*O República*, n. 69, 26/05/1831).

Borges da Fonseca estava radicalizando ainda mais suas ideias, a ponto de propor que os países americanos formassem uma “liga federal” para que assim combatessem de frente com o velho modelo europeu (*O Republico*, n. 75, 07/06/1831). Essa dualidade entre o “modelo americano” e “modelo europeu” serviu, e muito, para propagar ideias republicanas. Outra característica utilizada também para driblar possíveis processos judiciais era transcrever matérias de outros jornais.

Com o cargo de imperador vago, enquanto D. Pedro II não atingia a sua maioridade, aos 18 anos, havia discussões por todo o país sobre quem poderia assumir o cargo de regente. Vale lembrar que, em 1831, o futuro imperador, D. Pedro II, tinha apenas cinco anos, e, a princípio, o governo seria comandado por regentes durante os próximos treze anos. Diante de tais discussões, e também do medo por parte de muitos defensores da monarquia de que esse seria o tempo perfeito para implantar uma república, a tendência era que nomes considerados “moderados” assumissem o poder para que não houvesse tanta resistência. Mas, apesar disto, Borges da Fonseca nos surpreende mais uma vez. Para o cargo de regente, ele sugere o nome de Manuel Carvalho Paes de Andrade, o presidente da Confederação do Equador, em 1824, que, na ocasião, defendia ideias republicanas para o movimento.

Muita gente se há apresentado como bons Candidatos para a Regência hoje é o primeiro cuidado de todos. *Manuel Carvalho Paes de Andrade* é um cidadão prestante, e me parece muito capaz de ser Regente. Livre a toda a prova, e desinteressado, a Pátria o tem achado em todas as ocasiões difíceis. Desde 1817 até hoje a sua pessoa [e] os seus bens não se tem poupado. O seu nome [Manuel Carvalho Paes de Andrade] é conhecido nos mais remotos lugares do Brasil, a América todo o conhece, e assim, o Mundo todo. [...] Além de todas as superiores qualidades de que ele é dotado, muito prático também na ciência da administração. No meio da Revolução de 1824, a administração da província de Pernambuco andou muito bem regulada (*O Republico*, n. 69, 26/05/1831, grifo do autor).³

Borges da Fonseca tinha muitas preocupações com os rumos desse governo que seria administrado por um modelo regencial. Mas qual seria esse medo? O que o povo brasileiro poderia temer? De acordo com Borges, o modelo regencial poderia ser, em termos atuais, ‘mais do mesmo’ do que já havia antes da renúncia do imperador. Um exemplo disto é o

³ Borges da Fonseca ainda ponderava que seria um dever da nação pedir o ex-líder da Confederação do Equador, e ainda acrescentava, rogando para que os legisladores aceitassem a sugestão do nome que ele deixava.

projeto de lei que Borges da Fonseca questiona na edição do *O Republico* de 10/05/1831. Nesse projeto certos deputados queriam garantir ao futuro regente alguns direitos, entre eles, poderes que lembravam muito o modelo monárquico. Tal projeto consistia em permitir que a regência concedesse títulos a quem achasse necessário. Como resposta, Borges da Fonseca se exalta novamente, afirmando que:

É me estranho tal pretender, e eu supondo que é melhor que de hoje avante a nossa legislação vá sendo concorde com o que devemos ser daqui a 8 ou 16 anos, pois mais tempo não se pode demorar o completo aniquilamento dos princípios da velha Europa aqui na América (*O Republico*, n. 64, 10/05/1831).

Os projetos de lei que foram surgindo após a renúncia de D. Pedro I são curiosos e, para um defensor da república como Borges da Fonseca, eram vistos como absurdos e tirânicos. Posteriormente, Borges comentou sobre um projeto debatido na assembleia no dia 13 de maio, que propunha que a Regência fosse inviolável. Comentando sobre isso, Borges argumenta que “acho [...] muito anarquizadora a ideia de inviolabilidade na Regência. Querer sustentar a todo custo os princípios monárquicos já é uma loucura no Brasil [...]” (*O Republico*, n. 66, 17/05/1831).

O olhar de Borges da Fonseca para os países vizinhos era notório. Como vimos anteriormente, ele transcreveu trechos de jornais de outros países que defendiam a república para usar como base em seus argumentos no Brasil. Borges da Fonseca conhecia muito bem a geografia política dos países vizinhos sul-americanos, pois, a todo momento, reiterava algo que acontecia nestes países. Pessoas importantes da história dos outros países (e que, claro, defendiam a república) tinham uma vaga nas análises do seu jornal. Um deles foi Simón Bolívar, conhecido por sua luta pela independência e pela implantação da república em vários países da América do Sul. Para Borges da Fonseca, faltava um Simón Bolívar entre os brasileiros. Segundo Borges da Fonseca, Bolívar “a custa de tantos sacrifícios, deu a Liberdade à América, ninguém mais supôs que ele fosse outra coisa que o Republicano simples [...]. A história dirá quem foi Bolívar”. Nesta edição, Borges da Fonseca ainda pontua que a América do Sul não poderia mais conter governos monárquicos. Para Borges da Fonseca:

E nem cause medo o falar-se contra a estabilidade dos princípios monárquicos na América; eles são incompatíveis com a nossa posição geográfica [...] os homens verdadeiramente francos, verdadeiramente

americanos concordarão [...]. Como verdadeiro amigo da América, eu não posso ter outros desejos que não sejam os da ordem [...], fugir da realeza, fugir da demagogia são os princípios que sempre professei [...] (*O Republico*, n. 67, 19/05/1831).

Como citado anteriormente, a ideia da “liga federal” não foi simplesmente ignorada por Borges da Fonseca. Após os acontecimentos que sucederam ao 07 de abril de 1831, as ideias em torno de uma república com inspirações norte-americanas seriam evidentes. Para o redator, era preciso copiar os passos seguidos pelos Estados Unidos da América:

Se queremos a verdadeira liberdade, convém seguirmos os passos dos Estados Unidos [...] desprezando essas góticas instituições, gozam uma liberdade tranquila e duradoura, e que os Americanos Espanhóis porque gostaram de aplicar uma fita para cada um caso particular, ainda hoje lutam com prejuízo de monarquistas, que só procuram a destruição da liberdade; porém em vão, porque enfim as ideias republicanas vão grassando com uma rapidez e força que já mostra estar se aproximando o dia da restauração do mundo inteiro e do completo aniquilamento desses princípios hereditários, com os quais não se pode conciliar o senso comum (*O Republico*, n. 80, 23/06/1831).

Na visão de Borges da Fonseca, os Estados Unidos da América eram o exemplo claro a ser copiado. Este país assimilou perfeitamente os ideais de federalismo, república e os princípios republicanos em sua totalidade. Nas palavras do autor, os Estados Unidos é lugar diferenciado, já que “só esta Nação é que bem entendeu os princípios de organização social; só ela tem justas ideias de liberdade” (*O Republico*, n. 80, 23/06/1831).

Em julho de 1831, Borges recebeu uma proposta para assumir um cargo na Paraíba, sua terra natal. Era uma medida estratégica, pois Borges da Fonseca, no Rio de Janeiro, estava ganhando, cada vez mais, muita força política. Mas, antes de partir, o redator fez mais um manifesto contra a monarquia: “[...] a realeza vai a ser aniquilada no mundo inteiro, e cada um vai entrar em seus deveres, isto é, cada geração vai legislar para si só [...]” (*O Republico*, n. 83, 07/07/1831).

Por fim, Borges da Fonseca acrescentava que, com as mudanças que deveriam ser feitas, em breve os brasileiros não teriam mais que invejar os Estados Unidos, pois se tornariam “verdadeiros americanos”. Argumentava também que os governantes brasileiros precisariam copiar Washington, que “salvou a sua pátria e deu-lhe liberdade para sempre” (*O Republico*, n. 83, 07/07/1831).

Para finalizar os estudos sobre Borges da Fonseca, convém citarmos a sua participação na *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*. Essa sociedade, da qual o próprio Borges foi um dos fundadores, foi instalada posteriormente aos acontecimentos de 7 de abril de 1831. Inicialmente, as reuniões aconteciam na residência de Borges da Fonseca e por divergências com vários membros participantes desta sociedade, dentre eles, Evaristo da Veiga, Borges da Fonseca acaba se desfiliando - justamente no período em que ele foi assumir o cargo público na Paraíba - e retorna para sua terra natal (Vianna, 1945, p.547-548).

Estas desavenças ocorreram muito em conta do âmbito das ideias de Borges da Fonseca, consideradas extremamente radicais por alguns participantes. O redator defendia não só o federalismo, como também a república como forma de governo para o país (Vianna, 1945, p. 547). Para Hélio Vianna, na visão dos outros membros desta sociedade, Borges da Fonseca e o jornal *O Republico* haviam sido “muito úteis antes da revolução, desnecessário depois dela” (Vianna, 1945, p. 547).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido em outro trabalho sobre Borges da Fonseca pelos autores, o publicista paraibano sempre fundava um jornal, atraindo grandes expectativas, seja pelas suas reflexões, como também pelos seus ataques ao sistema monárquico. No jornal *O Republico*, Borges da Fonseca se prontificou como um dos pilares da queda de D. Pedro I, em 1831. É importante destacar que Borges da Fonseca sabia utilizar de suas influências para a realização dos seus manifestos expressos em seu periódico. Tal fato é que, por diversas vezes, vemos uma linguagem de fácil entendimento para que as opiniões do publicista paraibano pudessem ser clamadas em local público e se espalhassem cada vez mais.

Durante o Brasil Império, as ideias republicanas que eram comentadas surgiam por todo o território, chegando a ser proibido mencionar a sua palavra sob a pena de crime de liberdade de imprensa. No âmbito da presente pesquisa, Borges da Fonseca adquiriu uma importância especial por expandir os ideais republicanos não só em Pernambuco, mas para todo o Brasil, Segundo Silvia Fonseca:

No seio dessa corrente [ideias republicanas] abrigavam-se alguns republicanos, como Borges da Fonseca, que, pelo jornal “O Republico”, chamava pela substituição do regime monárquico. Representavam um anseio utópico, que os faz percursores da república [...] (Fonseca, 2016, p. 19 apud Faoro, 1958, p. 153).

Foi através da imprensa que Borges da Fonseca ajudou a moldar as ideias de caráter republicano e a sua perspectiva em um novo regime, utilizando conceitos como liberdade de imprensa, voto universal, o federalismo, entre outros. Isso custou um preço alto. Borges, por várias vezes, sofreu sabotagens, incluindo ataques a sua pessoa, danos à tipografia que fazia os jornais, além, é claro, os constantes processos judiciais que precisava enfrentar.

Com isso, a presente pesquisa procurou entender e analisar os manifestos políticos em defesa da ideia de república feitos por Borges da Fonseca no jornal *O Republico*. Este jornal, provavelmente, ganhou uma antipatia de D. Pedro I pelos diversos ataques que sofria através das folhas deste periódico. É importante lembrar, inclusive, que o segundo imperador brasileiro, D. Pedro II, chamou os jornais de Borges da Fonseca de “papeluchos” e admitiu que lia todos aqueles ataques (Bediaga, 1999, p. 56). Borges da Fonseca soube utilizar este periódico como um dos seus grandes manifestos políticos de sua carreira, tornando-se nacionalmente conhecido pelo seu trabalho.

REFERÊNCIAS

BASILE, Marcello. Imprensa Republicana no Brasil [Século XIX]. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). *Dicionário da república: 51 textos críticos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

BEDIAGA, Begonha (org.). **Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

CABRAL, Flavio José Gomes. Independências: os Estados Unidos e a República de Pernambuco de 1817. In: **Revista de História - UFJF**, [S. l.], v. 23, n. 1, 2021.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

MELLO, Antônio Joaquim de. **Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife: Tipografia Mercantil, 1875.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. 2ª ed. Recife: Editora 34, 2014.

FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais**: Guerras civis em Pernambuco no século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

FONSECA, Antônio Borges da. **Manifesto Político**: apontamentos de minha vida política e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Melo. Recife: Tipografia Comercial de G. H. de Mira, 1867.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. O ideário republicano de Antonio Borges da Fonseca. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011;

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. **A ideia de República no Império do Brasil**: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MATTEUCCI, Nicola. República. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11. ed., 1998.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

O Republico (RJ). In: **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

PAIXÃO, Cristiano; BIGLIAZZI, Renato. Matriz norte-americana. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Dicionário da república**: 51 textos críticos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. **A atuação política de um publicista**: Antônio Borges da Fonseca. Campinas: Pontifícia Universidade de Campinas, 1995.

SANTOS JÚNIOR, Ivan Soares dos. Morte aos colunas: os motins de 1831 na província de Pernambuco. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA SEO, 2018, Natal. **Anais III Seminário Internacional da SEO: Brasil no século XIX...** Niterói: SEO, 2019.

SANTOS JÚNIOR, Ivan Soares dos. Uma trama de fios discretos: alianças interprovinciais das sociedades públicas de Pernambuco (1831-1832). In: **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online)**, vol. 39, Jan-Jun, 2021, p.315-341.

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Um homem contra o Império**: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: A União, 1994.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Dicionário da república**: 51 textos críticos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Carolina. Discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca: análise da palavra república a partir da trajetória do jornal O Republico (1830-1837). In: **XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética**, 2009.

SILVA, Carolina. **A trajetória d' O Republico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência**: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832). Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

STARLING, Heloisa Murgel. **Ser Republicano no Brasil Colônia**: a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIANNA, HÉLIO. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

DADOS DE AUTORIA

Edson José de Meneses Alves

Possui graduação em licenciatura plena em estudos sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1992), especialização em Direito Público (2015), especialização em Gestão escolar e coordenação pedagógica (2017), especialização em Educação especial e inclusiva (2019). É servidor público do quadro efetivo de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) no cargo de Oficial de Justiça.

edsonjose355@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0004-8478-3141>